



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

PT

Discurso

Estrasburgo, 26 de novembro de 2015

Discurso proferido por Vítor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Apresentação dos Relatórios Anuais relativos a 2014
Sessão plenária do Parlamento Europeu

Estrasburgo, 26 de novembro de 2015

Em caso de eventuais diferenças, faz fé o discurso proferido.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 621 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditorsECA](https://twitter.com/EUAuditorsECA)

eca.europa.eu

Senhor Presidente Schulz,

Senhores Deputados ao Parlamento Europeu,

Senhora Vice-Presidente da Comissão Georgieva,

É uma honra apresentar os relatórios anuais do Tribunal nesta sessão plenária do Parlamento Europeu.

Este ano, a apresentação ocorre num momento particularmente difícil. Em nome de todo o Tribunal, gostaria de apresentar as nossas sinceras condolências às famílias das vítimas das recentes atrocidades terroristas cometidas em Paris. Quem ataca os valores europeus, está na verdade a atacar a nossa democracia. Devemos resistir com firmeza.

Senhores Deputados,

Este é um momento em que a solidariedade europeia deve defender os valores humanos fundamentais do nosso Tratado. E é um momento em que a UE e os Estados-Membros devem igualmente dar resposta a outros desafios importantes:

- fomentar a criação de emprego e o crescimento;
- satisfazer as necessidades energéticas e, ao mesmo tempo, cumprir os objetivos ambientais;
- gerir as questões relativas ao asilo e os fluxos de migração.

Na nossa opinião, o orçamento da UE poderia ser investido de melhor forma e com mais celeridade, de modo a responder aos inúmeros desafios que a Europa enfrenta. Tomados em conjunto, os nossos resultados de auditoria nos últimos anos apontam para a necessidade de adotar **uma abordagem totalmente nova**:

- os decisores devem harmonizar melhor o orçamento com as prioridades estratégicas da UE a longo prazo e torná-lo mais reativo em situações de crise;
- os legisladores devem garantir que os regimes de despesas são claros quanto aos resultados a alcançar e aos riscos que é aceitável correr;
- os responsáveis pela gestão financeira devem garantir que os fundos são despendidos em conformidade com as regras e obtêm os resultados pretendidos.

A revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual do próximo ano proporciona uma oportunidade crucial para repensar as nossas prioridades e a conceção de alguns regimes de despesas. Entretanto, devemos fazer mais com os meios de que já dispomos.

O nosso relatório identifica questões de gestão financeira de longa data que têm de ser resolvidas. Mas antes de as enumerar, gostaria que ficasse absolutamente claro **que as contas da UE relativas a 2014 foram "aprovadas"**. Estas são fiáveis e emitimos uma opinião de auditoria favorável nesse sentido.

Posto isto, permitam-me salientar quatro domínios da gestão financeira da UE que necessitam de atenção.

Em primeiro lugar, ainda se gasta demasiado dinheiro sem respeitar as regras financeiras da UE. Verifica-se que **persiste um elevado nível de erros de pagamento**. O nível de erro global estimado dos pagamentos elevou-se a 4,4% em 2014 e tem sido estável nos últimos três anos.

Nos últimos anos, a Comissão e os Estados-Membros realizaram progressos na prevenção e correção dos erros. Porém, mais erros poderiam ter sido corrigidos se tivessem sido utilizadas todas as informações disponíveis.

A nossa análise revela que é igualmente possível conceber regimes de despesas menos propensos a erros, em especial através da simplificação das condições de pagamento e dos procedimentos.

Em segundo lugar, o **desempenho do orçamento**: a UE deve investir melhor o seu orçamento.

Constatámos que poderia haver uma melhor harmonização entre o Quadro Financeiro Plurianual e a estratégia da UE, tanto em termos de períodos como de prioridades.

Salientamos ainda o facto de as metas e as aspirações políticas de alto nível da UE não serem traduzidas em objetivos operacionais claros, o que é fundamental para uma gestão eficaz e a comunicação sobre o desempenho.

Em terceiro lugar, a UE tem de resolver vários **atrasos financeiros** que se foram acumulando, principalmente para conseguir libertar fundos que possam ser utilizados nos domínios em que são mais necessários.

Em especial, alguns Estados-Membros têm dificuldades em absolver os fundos da UE que lhes foram atribuídos e continua a existir um elevado nível de fundos não utilizados em instrumentos financeiros.

Por último, a gestão financeira da UE beneficiaria fortemente com a **melhoria da transparência**. Este aspeto é essencial para garantir a confiança dos cidadãos.

Formulámos recomendações sobre as medidas que a Comissão deverá tomar para melhorar a transparência no que se refere às necessidades de tesouraria a longo prazo, aos erros de pagamento e correções efetuadas, bem como aos resultados das despesas no âmbito do orçamento da UE.

Mas é também importante assegurar a transparência das políticas da UE que não são diretamente financiadas pelo orçamento da UE. As novas formas de financiamento das políticas da UE não devem permitir que os riscos financeiros escapem ao controlo e auditoria pública.

Senhores Deputados,

Em conclusão, a UE deve investir o seu dinheiro melhor e garantir que:

- os investimentos correspondem mais às prioridades da União;
- se elaboram regras mais simples para obter resultados;
- os recursos financeiros são geridos de forma mais eficiente.

Estes elementos, no seu conjunto, representariam efetivamente uma abordagem totalmente nova.

Senhor Presidente Schulz, Senhores Deputados,

O Tribunal de Contas está ao lado do Parlamento e das outras instituições europeias neste momento tão difícil.

Defender a nossa democracia e assegurar o bem-estar dos nossos cidadãos representará um encargo enorme para os nossos recursos comuns.

Ajudar a garantir que esses recursos são utilizados da melhor forma continuará a ser a principal tarefa do Tribunal de Contas Europeu.

Muito obrigado pela vossa atenção.